

I

CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL: “COMUNIDADE” E IDENTIDADE

LUÍS BATALHA

*ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas)**UTL (Universidade Técnica de Lisboa)***1. Visibilidade versus invisibilidade**

Apesar de serem frequentemente identificados como uma “comunidade” grande e única (e.g., França, 1992; Gomes, 1999), os cabo-verdianos que vivem em Portugal encontram-se dispersos por várias e diferentes pequenas comunidades, cuja existência se verifica sobretudo ao nível das vizinhanças de bairro. Isto não significa, no entanto, que os cabo-verdianos em Portugal não partilhem alguns aspectos de uma identidade comum, mais geral e global, mutuamente entendida e aceite como “cabo-verdiana”.

Os cabo-verdianos em Portugal (tal como noutros destinos) têm a sua identidade organizada em torno de representações sociais de “raça”, etnicidade, educação e classe, que combinadas definem a sua posição social dentro da sociedade portuguesa e, nas suas próprias comunidades locais, entre eles mesmos. A educação tem o papel mais importante na sua divisão; opera tanto de forma objectiva como subjectiva, sendo reconhecida por eles mesmos como um factor de diferenciação social. “Raça” e “eticidade” operam de forma mais subtil, não sendo, em geral, impostas de fora pela sociedade portuguesa; actuam mais a partir dos próprios actores cabo-verdianos do que a partir do exterior, uma vez que a sociedade portuguesa não possui regras legais nem normas sociais claras que reforcem uma organização “racial” e “étnica” das identidades que co-habitam em Portugal.

Por uma questão de simplificação da análise, dividirei a comunidade cabo-verdiana de Portugal em dois mundos sociais distintos: por um lado, o das pessoas que possuem educação secundária ou superior, que defini algures (Batalha 2004a, 2004b) como a “elite” colonial cabo-verdiana; por outro, o dos migrantes trabalhadores cabo-verdianos, pessoas com pouca ou nenhuma educação escolar. Os cabo-verdianos da “elite” colonial estão integrados nos estratos médios e superiores da sociedade portuguesa, sendo, numa boa parte dos casos, invisíveis aos olhos da restante sociedade portuguesa. Nasceram e foram criados durante as últimas décadas do colonialismo – os mais velhos ainda vivos nasceram na década de 1920 – e mantiveram a cidadania portuguesa após a independência de Cabo Verde, em 1975. A maioria manteve, ao lado da nacionalidade, um sentido de “portugalidade” adquirido pela educação escolar e práticas de enculturação familiares vigentes no seu tempo de infância e juventude. A lógica identitária do Estado Novo permitiu-lhes incorporar a identidade cabo-verdiana como um subtipo no mosaico das identidades coloniais (e metropolitanas) daquilo que se compreendia como o

império “do Minho a Timor”. Ser cabo-verdiano constituiu-se como uma expressão de “portugalidade”. A “elite” cabo-verdiana via-se, ao mesmo tempo, como “cabo-verdiana” e “portuguesa”. Muitos desses cabo-verdianos com instrução média e superior saíram de Cabo Verde ainda jovens ou crianças para estudarem nas escolas e universidades da então “metrópole” e nunca mais lá regressaram. À época, uma educação secundária era suficiente para garantir um lugar confortável na administração colonial espalhada por todo o “império” português. Ironicamente, apenas Cabo Verde não oferecia oportunidades significativas de emprego administrativo. Durante décadas nem sequer teve um quadro próprio de funcionários administrativos. O facto de não possuir população “indígena”, ser pequeno e economicamente insignificante, fez com que a sua administração tivesse poucos lugares nos níveis baixo e intermédio (aqueles que os cabo-verdianos mais facilmente preenchiam).

Assim, nas últimas décadas do colonialismo tardio português, a “elite” cabo-verdiana encontrou emprego nos níveis baixo e intermédio da administração colonial, sobretudo na Guiné Portuguesa (hoje Guiné-Bissau), em Angola e Moçambique, mas também em São Tomé e Príncipe e, até mesmo, Timor. Aquando da independência dessas colónias, apenas uma pequena minoria de cabo-verdianos com educação média e superior vivia em Portugal.

Os trabalhadores imigrantes cabo-verdianos de Portugal vivem num mundo social que pouco ou nada tem que ver com o da “elite” cabo-verdiana instruída. A sua migração para a “metrópole” iniciou-se nos anos 1960 e continua ainda hoje, embora o ritmo tenha abrandado muito nas décadas de 1990-2000. Muitos eram analfabetos ou apenas tinham a escolaridade básica, frequentemente incompleta (equivalente aos actuais 2.º ou 3.º anos). Os maiores picos da migração cabo-verdiana para Portugal deram-se nas décadas de 1970-80. No início eram sobretudo homens oriundos de comunidades rurais, por vezes com uma permanência intermédia na cidade local mais próxima, até adquirirem o dinheiro e conhecimento suficientes para fazer o percurso migratório com sucesso. A maior parte desses homens veio da ilha de Santiago.

Na década de 1960 e início da de 1970 uma parte significativa da força de trabalho portuguesa indiferenciada foi atraída pelo desenvolvimento industrial ocorrido no pós II Guerra Mundial em alguns países, sobretudo França, Alemanha e Luxemburgo (Franco, 1971; Rocha-Trindade, 1975, 1979; Porto, 1977; Serrão, 1977; Poinard, 1979). Ao mesmo tempo, a economia portuguesa crescia significativamente e começava a sofrer de alguma escassez de mão-de-obra barata e indiferenciada. Isto constituiu, certamente, um factor de “atração” para a primeira vaga de migrantes laborais cabo-verdianos a chegar à “metrópole”. Contudo, a escassez de mão-de-obra não foi factor único, nem sequer determinante, uma vez que nas décadas de 1960-70 ainda havia uma população camponesa importante em Portugal à espera de migrar para a grande área metropolitana de Lisboa, sobretudo os distritos de Lisboa e Setúbal (Barreto e Preto, 1996; Lopes, 1998). Havia, portanto, ainda uma reserva de mão-de-obra disponível em Portugal capaz de satisfazer grande parte da procura por parte do sector da construção civil e obras públicas – nessa época o principal motor de desenvolvimento económico, a par com o turismo. Mas à medida que os salários na construção foram subindo, pressionados pela procura, os trabalhadores cabo-verdianos tornaram-se uma alternativa mais barata. O declínio da situação económica em Cabo Verde e o

fim do trabalho contratado para as plantações de São Tomé e Príncipe ajudaram, também, a canalizar para Portugal um número crescente de migrantes cabo-verdianos.

Quando os primeiros trabalhadores migrantes começaram a chegar de Cabo Verde, ainda na década de 1960, apenas um pequeno número de cabo-verdianos com instrução secundária e superior vivia na “metrópole”. Eram sobretudo pessoas que tinham vindo estudar, por falta de condições em Cabo Verde, e tinham conseguido arranjar colocação compatível após os estudos. Mas a maioria dos cabo-verdianos com educação média e superior acabou por encontrar colocação na máquina administrativa colonial (e.g., administração civil, fazenda, correios, alfândega, etc.), na banca (BNU) e nos serviços de empresas privadas instaladas nas colónias. Esta “elite” instruída integrou-se facilmente quer na sociedade colonial, adoptando os seus ideais dominantes, que aceitou e com os quais se identificou, quer na sociedade portuguesa pós-colonial, onde se identificou, sobretudo, com um conjunto de valores conservadores que reflectem a nostalgia do velho “império” e da colonização⁷. São pessoas que pouco ou nada têm em comum com a massa dos trabalhadores migrantes vindos de Cabo Verde, a não ser uma identidade colectiva “cabo-verdiana”, suficientemente vaga e flexível para acomodar a grande diferença social.

Os primeiros migrantes laborais cabo-verdianos, vindos do interior rural, tiveram de se adaptar a uma vida urbana em Portugal, passando de camponeses a operários. E embora a sua visão do mundo tivesse de se ajustar à nova condição social, continuaram ligados aos valores e representações sociais fundamentais da sociedade rural cabo-verdiana. Enquanto os pais tentavam manter e reproduzir o mundo social que deixaram em Cabo Verde, os filhos cresceram numa espécie de limbo social: por um lado, não se identificaram com o mundo dos pais, mas, por outro, também não ganharam um espaço social satisfatório na sociedade portuguesa pós-colonial.

A partir da década de 1990, o governo e as autarquias financiaram, com dinheiros em parte vindos da União Europeia (UE), a construção de “bairros sociais”, onde actualmente vive a maior parte das famílias de imigrantes cabo-verdianos. Muitas dessas famílias viviam anteriormente em “bairros de lata” na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nos concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Setúbal (actualmente já só existem “bairros de lata” em alguns desses concelhos). Os “bairros sociais”, à semelhança dos “bairros de lata”, constituíram-se como espaços de isolamento social para as famílias cabo-verdianas. Espaços onde a maior parte dos filhos dessas famílias nasce e cresce sem necessidade de sair, a não ser para frequentar a escola e para trabalhar. Alguns desses bairros possuem escolas “integradas” que apenas servem as crianças e os jovens aí residentes, o que contribui para acentuar a “guetoização” e dificultar uma integração social satisfatória. A educação escolar é o principal caminho para ascender às classes médias da sociedade, mas os jovens de origem cabo-verdiana abandonam, geralmente, a escola cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a instrução obrigatória. Isso impede-os de competir pelos empregos melhor remunerados e apenas lhes deixa acessíveis os empregos pior remunerados no sector dos serviços (na região onde vivem não existe praticamente

⁷ A situação dos cabo-verdianos que regressaram a Portugal, muitos com o estatuto social de “retornados”, tem muito em comum com, por exemplo, o que se passou com a minoria parsi na Índia após a independência (Luhmann, 1996) ou com os *pieds noirs* que regressaram da Argélia também após a independência (Smith, 2006).

emprego industrial em larga escala). As suas aspirações a um estatuto de classe média ficam assim comprometidas. Correm, antes, o risco de ver o seu estatuto social degradar-se em relação ao dos seus pais, num processo que alguns têm classificado como “assimilação descendente” (*downward assimilation*) (Portes, 2007; Waldinger e Feliciano, 2004).

Em Portugal, a comunicação social, enquanto produtora de identidade, ajudou a criar uma imagem negativa dos descendentes de famílias cabo-verdianas imigrantes. Enquanto os pais eram retratados como “pobres mas honestos”, “bons trabalhadores” e “trabalhadores explorados”, os filhos são retratados como “vítimas do insucesso escolar” e como “delinquentes juvenis”. Por sua vez, os próprios jovens de origem familiar cabo-verdiana fazem uso dessas representações sociais veiculadas nos *media* para construírem identidades opostas à corrente dominante da sociedade portuguesa “branca”, marcadas por categorias como “desintegração” e “marginalidade”, que eles próprios reinterpretam. A sociedade “branca” dos “tugas” é, para eles, a principal culpada da situação de “marginalidade” em que vivem. A maioria destes jovens dá pouco valor à educação escolar como veículo de ascensão social e considera que estudar não vale a pena, porque os melhores empregos serão sempre para os portugueses brancos (“tugas”). Pensando dessa maneira contribuem para que a sua própria previsão se cumpra – não vale a pena estudar porque os melhores empregos não são para eles e, porque não estudam, esses empregos acabam por não o ser. A sua identidade social constrói-se no espaço da vizinhança ou “bairro”, que eles vêem como o seu território social; a identidade está ancorada no “local” e não no “nacional” e a sua delimitação são as fronteiras da vizinhança e do “bairro”. No seu coração está, não a terra de origem de seus pais mas sim o bairro onde nasceram e foram criados.

A importância do “bairro” como unidade identitária é difundida na sociedade portuguesa pela cobertura televisiva e por documentários sobre as “culturas” crioula e *rap*, que começaram a emergir com maior visibilidade nos bairros sociais da Área Metropolitana de Lisboa nas décadas de 1990-2000. Os jovens descendentes de imigrantes cabo-verdianos são classificados, geralmente, pela restante sociedade portuguesa como “jovens de origem africana”. A sua identidade não sofreu qualquer hifenização, como é comum, por exemplo, na Grã-Bretanha ou nos EUA.⁸ São frequentemente vistos como “pretos” e raramente como “portugueses”. Por serem percebidos como “pretos” ou “africanos” pela sociedade portuguesa em geral, uma integração social satisfatória torna-se mais difícil. Por sua vez, os próprios jovens “africanos” entendem a sua insatisfatória situação social como sendo motivada por questões raciais. Sentindo-se racializados pela sociedade dominante desenvolvem uma identidade “africana” oposicional; no fundo rejeitam aquilo que a sociedade portuguesa, de alguma maneira, lhes nega: serem portugueses sem qualquer outra adjectivação. Essa identidade “africana” oposicional rejeita o modo de vida da classe média portuguesa, assente na valorização da escola e da família. Muitos jovens descendentes de cabo-verdianos afirmam ser “africanos” mesmo que nunca tenham estado em

⁸ Na Grã-Bretanha é comum a utilização de categorias hifenizadas (ainda que o hífen não apareça na forma escrita) como *black English*, *black British*, *British Muslim*, etc. Nos EUA o mesmo acontece com *African-American*, *Asian-American*, *Mexican-American*, *Irish-American*, etc. É a isto que alguns autores se referem como identidades hifenizadas.

África e apesar de os seus pais cabo-verdianos considerarem que Cabo Verde não é território africano. Esses jovens consideram que “africano” é a sua identidade. A sua integração relativamente mal sucedida é, em parte, causada pela sua resposta identitária à categorização racial que a sociedade portuguesa lhes aplica, em que “português” é sinónimo de “branco” e “africano” sinónimo de “preto”.

A maior parte da “elite” cabo-verdiana colonial que se vê como “portuguesa-cabo-verdiana” ou “cabo-verdiana-portuguesa” foi forçada a abandonar Cabo Verde e as outras colónias portuguesas após a descolonização. Uns por razões políticas, outros por razões de emprego. Outros, ainda, pelas duas. A mudança política que acabou com o regime colonial e colocou o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) no poder – um partido marxista que falava de uma sociedade sem classes e contra a propriedade privada, introdutor da reforma agrária e das nacionalizações – desagradou ao sector mais conservador da “elite” cabo-verdiana colonial (no fundo a maioria). O seu programa político era visto como uma ameaça ao estatuto social dessa “elite” formada durante o período colonial. Alguns pensavam mesmo que o arquipélago não sobreviveria à independência devido à debilidade da sua economia, marcada no passado por seca, pobreza e fome. Por um lado, o clima revolucionário do pós-independência não era favorável a um regresso a Cabo Verde e, por outro, era importante para a maior parte desses cabo-verdianos manter o vínculo contratual com a administração portuguesa, através da reintegração na administração pública da “metrópole”. Optaram por manter a nacionalidade portuguesa de modo a não perderem direitos adquiridos ao longo de, nalguns casos, quase uma vida inteira de trabalho como funcionários públicos. Aqueles que tinham empregos no sector privado procuraram empregos compatíveis em Portugal; uma boa parte chegou com o estatuto de “retornado” (estatuto que muitos repudiam) e acabou por encontrar emprego compatível com as suas habilitações literárias.

A independência e descolonização trouxeram à superfície divisões étnicas e raciais que durante a época colonial estiveram latentes ou foram, de alguma forma, mitigadas pelas sociedades coloniais. Os cabo-verdianos claramente negros ou mulatos viram os cabo-verdianos brancos como demasiado “portugueses” para abraçarem o projecto político pós-colonial; constituído pela “irmandade” das ex-colónias portuguesas africanas, agora estados independentes. De uma forma geral, os cabo-verdianos brancos pertencentes à “elite” colonial não tiveram espaço político em Cabo Verde após a independência, devido ao seu claro comprometimento com o colonialismo português. Estes “portugueses cabo-verdianos” são agora uma pequena minoria de apenas algumas centenas que vive sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa. Vivem em bairros de classe média, onde compraram ou alugaram casa, nalguns casos, há mais de trinta anos. A maioria dos seus filhos e netos nada tem a ver com Cabo Verde ou com “ser cabo-verdiano”. Os pais lamentam o facto de os filhos e netos não se interessarem “pelas coisas” de Cabo Verde e não participarem na vida da Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde (AAESCV) – uma associação cultural e recreativa situada em Carnide (Lisboa). A Associação possui um pequeno espaço, entretanto adquirido à Câmara Municipal de Lisboa, onde um pequeno grupo, de entre a “elite”, se encontra regularmente aos sábados para recriar o mundo cabo-verdiano, que trazem numa espécie de memória colectiva mais ou menos parti-

lhada. Um mundo do qual a sua memória é “guardiã”. Discutem frequentemente assuntos relacionados com a situação pós-colonial de Cabo Verde, enquanto vão comendo e ouvindo música “cabo-verdiana” (ver Batalha 2004a, 2004b).

A maior parte da chamada “comunidade cabo-verdiana” de Portugal é constituída por imigrantes “pretos” ou “mulatos” chegados, sobretudo, a partir da década de 1960. Muitos são aquilo que os próprios cabo-verdianos classificam como “badios” – nome dado aos cabo-verdianos da ilha de Santiago, mas que no fundo significa cabo-verdiano com uma origem claramente “africana”. Ao contrário da pequena minoria de “cabo-verdianos portugueses”, que se vê a si própria como uma “elite”, os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes e os seus descendentes não se tornaram invisíveis na sociedade portuguesa pós-colonial. Ganharam até uma visibilidade que nunca haviam experimentado em Cabo Verde, nos seus locais de origem. Uma conjugação de etnicidade, “raça”, classe social e práticas culturais contribuiu para os segregar no mundo social dos “bairros de lata” e, mais recentemente, dos “bairros sociais” construídos ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (PER). São estes imigrantes “pretos” que a restante sociedade portuguesa vê como sendo a “comunidade cabo-verdiana”. Os imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes são geralmente definidos pela sociedade portuguesa como “cabo-verdianos”, “pretos” ou “africanos” e raramente (senão mesmo nunca) como “portugueses”. Os descendentes – geralmente designados como segunda geração –, apesar de nascidos e criados em Portugal, de terem até nacionalidade portuguesa, continuam a ser vistos, e frequentemente a verem-se, como “africanos” ou “jovens de origem africana”.

2. Emigração cabo-verdiana e emigração portuguesa

Foi durante o período que António Carreira (1982: 74) definiu como a “terceira fase” da emigração cabo-verdiana (1946-73) que Portugal se tornou um destino importante. Neste período, e devido ao limite apertado imposto pelo sistema de quotas nos EUA, que vigorou entre 1924 e 1965 (ver Joppke, 1999), a emigração cabo-verdiana orientou-se sobretudo para a Europa. Os emigrantes cabo-verdianos com escolaridade básica e alguma qualificação profissional dirigiram-se para os países mais “desenvolvidos” e ricos da Europa, onde conseguiam empregos melhor remunerados. Alguns passaram por Portugal (sobretudo pela região de Lisboa) e aí ficaram até ganharem acesso às redes de emigração para esses países. A falta de interesse por parte do governo colonial em promover investimentos infraestruturais em Cabo Verde, de modo a criar empregos que ajudassem a fixar a população, e as secas graves contribuíram para agudizar a pobreza ao longo da década de 1960 e aumentar a pressão migratória.

Enquanto que em Cabo Verde as secas e fomes continuaram a empurrar os cabo-verdianos para a emigração até praticamente à independência, em Portugal o mercado de trabalho no sector da construção civil e obras públicas criou condições de atracção ainda na década de 1960, período em que Portugal viveu um crescimento económico importante (que, aliás, até hoje não se repetiu), acompanhado de alguma industrialização e forte urbanização (Barreto e Preto, 1996). A emigração para Portugal e outros países europeus, tal como o trabalho a contrato para as colónias

portuguesas africanas, sobretudo São Tomé e Príncipe, ajudaram a aliviar a pressão económica, política e social causada pela fome e subdesenvolvimento crónico em Cabo Verde. A emigração cabo-verdiana para Portugal acelerou rapidamente ainda na década de 1960, altura em que algumas empresas portuguesas de construção e obras públicas foram contratadas para construir infra-estruturas de dessalinização, electrificação, fontes, estradas, pistas de aviação e portos, na então colónia de Cabo Verde. Essas empresas começaram a oferecer trabalho aos trabalhadores cabo-verdianos na “metrópole”. Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar palavra aos seus “patrícios” em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes, atingindo-se um pico no início da década de 1970.

No final da década de 1950, alguns dos países mais industrializados da Europa começaram a atrair trabalhadores indiferenciados para a construção civil, serviços de limpeza e alimentação, e outros sectores igualmente desprezados pelos trabalhadores locais. Atraída por melhores salários, uma parte significativa da população rural portuguesa, que até aí havia migrado, primeiro, para o Brasil e, depois, para o litoral urbano português, começou a reorientar-se, sobretudo, para a França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo, cujas economias estavam em franca recuperação após a II Guerra Mundial. Enquanto grande parte da força de trabalho portuguesa rumava à Europa industrializada, os trabalhadores cabo-verdianos chegavam a Portugal como força de substituição. Como escreveu António Carreira, “eles [cabo-verdianos e portugueses] eram forças de trabalho do mesmo tipo, ambas com uma elevada percentagem de analfabetos e apenas distinguíveis pela cor da pele.” (1982: 83). A maioria dos trabalhadores cabo-verdianos era negra e mulata, não falava português e acabou por nunca dominar a língua o suficiente para se integrar satisfatoriamente na sociedade portuguesa colonial e pós-colonial. Após alguns anos eram capazes de compreender e falar português satisfatoriamente no seu contexto de trabalho, mas o domínio da língua era demasiado limitado para se sentirem à vontade fora dele. O facto de serem “pretos” e de falarem português com dificuldade facilmente reafirmou o estereótipo que muitos portugueses da “metrópole” tinham do “preto africano”: alguém que vivia em África, “incivilizado” e “sem religião” e que, por isso, era considerado inferior e até mesmo gozado. “Classe” confundia-se com “raça” e em vez de serem vistos como “camponeses analfabetos”, os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes eram vistos pelos portugueses “brancos” como “pretos”.

A maior parte dos trabalhadores cabo-verdianos imigrantes que chegaram na primeira vaga foram viver para barracas que as empresas de construção montavam nos próprios locais de construção. Alguns, dispostos a gastar dinheiro em alojamento por conta própria, alugavam quarto em pensões baratas. Outros, adaptando-se aos modos da classe operária portuguesa, conseguiram alugar quarto junto de famílias portuguesas, sobretudo nas zonas urbanas. Nas décadas de 1970-80 a maior parte instalou-se em “bairros de lata” na Área Metropolitana de Lisboa. Fizeram-no, em parte, devido à falta de alojamento melhor a preço acessível, mas também devido ao racismo das famílias portuguesas “brancas”, que, frequentemente, se recusavam a alugar quarto a “pretos”. Mas a instalação em “bairros de lata” foi também, em larga medida, uma decisão consciente, reconhecendo que aí podiam ficar juntos, formar redes de solidariedade, ter as suas hortas e melhor reproduzir o mundo social de um Cabo Verde rural. Cons-

truíam as suas “barracas” com materiais trazidos dos estaleiros de construção onde trabalhavam. Tal como outros fluxos migratórios, na sua fase inicial, a migração era sobretudo de homens solteiros ou casados que deixavam a família em Cabo Verde. As mulheres começaram a chegar uns anos mais tarde, quando os homens já estavam instalados e sabiam que iriam ficar por um período longo, mais longo do que muitos, inicialmente, haviam planeado. Nos “bairros de lata” não era difícil acomodar as mulheres e filhos que se iam juntando; as “barracas” de madeira e chapa de zinco canelado deram lugar a “barracas” de cimento, e quando o espaço faltava construía-se um “anexo”.

Mas nem todos os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes foram viver para “bairros de lata”. Um pequeno número de homens e famílias conseguiu arranjar casa, geralmente em zonas de habitação degradada, quer em Lisboa quer noutras áreas, onde o preço da renda era mais acessível. Nas décadas de 1970-80 era comum encontrar famílias inteiras de imigrantes cabo-verdianos nalguns bairros de Lisboa (e.g., Campo de Ourique, Estrela, São Bento).

3. Alguns números e a situação actual

No final de 1962 cerca de 70 mil emigrantes portugueses viviam em França. Mas em 1972 esse número havia subido para 750 mil (Barata, 1975: 39). Também em 1972 viviam na Alemanha 69 mil portugueses com o estatuto de *gastarbeiter*. No período 1950-68 mais de 900 mil portugueses emigraram para países da Europa (Barata, 1970: 16). A emigração foi de tal modo elevada que a população portuguesa, no período 1961-70, decresceu em mais de 1 milhão de pessoas.⁹ E foi este fluxo emigratório da força de trabalho portuguesa que, em larga medida, impulsionou o fluxo imigratório de trabalhadores cabo-verdianos. Segundo as estatísticas recolhidas por António Carreira (1977: 125-6), entre 1900 e 1952 apenas 8500 cabo-verdianos chegaram a Portugal (incluindo Madeira e Açores), número inferior aos 9920 registados em 1971 (1972 foi o ano de pico, com 14 375). No período 1955-73 o número total de cabo-verdianos chegados a Portugal foi de 87 mil; mas este número inclui não só emigrantes mas também estudantes, pessoas em trânsito para outros destinos e permanências de curta duração. Assim, não é possível saber quantos daquele total eram de facto trabalhadores imigrantes.

Nos anos seguintes à independência de Cabo Verde, o número de cabo-verdianos imigrantes em Portugal continuou a crescer sustentadamente. Vinham sobretudo para trabalhar na construção civil e obras públicas (construção das primeiras linhas de metro em Lisboa, estradas, valas para as redes de electricidade, água e telefone, etc.). Os principais empregadores de mão-de-obra cabo-verdiana eram as empresas de construção, estaleiros navais (Lisnave) e minas (Panasqueira). A empresa J. Pimenta, responsável pela construção de grande parte da Reboleira Sul (Amadora) e a empresa Pinto & Bentes empregavam muitos cabo-verdianos no trabalho duro de abrir valas para as redes de água e telefone (trabalho de “pá e pica”, designação usada pelos

⁹ Para o quinquénio 1966-70 o balanço negativo foi de cerca de 700 mil pessoas, o que quase duplicou as 400 mil do quinquénio anterior (1961-65).

próprios trabalhadores à época). No início da década de 1970, o aumento crescente da chegada de trabalhadores cabo-verdianos levou as autoridades portuguesas a criar um organismo de apoio à imigração cabo-verdiana. O Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU) visava orientar os recém-chegados de Cabo Verde na procura de um emprego com condições mínimas. A esmagadora maioria dos cabo-verdianos ficou na região metropolitana de Lisboa (Amadora, Sintra, Oeiras, Almada e Setúbal). Era aí que a oferta de trabalho na construção civil e obras públicas era maior. No entanto, alguns foram também para o Algarve, onde a indústria da construção civil se expandia impulsionada pelo turismo crescente. Inicialmente, os trabalhadores cabo-verdianos não foram bem aceites pela população local; a presença de pessoas “de cor” ou de “pretos” era aí ainda mais rara do que na região de Lisboa, e os habitantes locais “brancos” olhavam a presença dos cabo-verdianos com alguma desconfiança (tal como aconteceu com os ciganos um pouco por todo o país). O clima de segregação fazia com que muitos cabo-verdianos convivessem sobretudo entre si e pouco com a população “branca”. Viviam em “barracas”, e à margem, por vezes em terrenos baldios.

Embora o fluxo de cabo-verdianos chegados a Portugal nunca tenha sido comparável, por exemplo, ao de caribenhos chegados à Grã-Bretanha ou aos EUA no período após a II Guerra Mundial, teve uma expressão social e política semelhante. Tal como a Grã-Bretanha, Portugal também já não experimentava um influxo migratório há muito tempo (com excepção do movimento transitório de refugiados judeus durante a II Guerra Mundial, sem impacto visível na sociedade portuguesa). Segundo os números de António Carreira (1982: 89), no período 1969-73 cerca de 11 mil trabalhadores cabo-verdianos passaram pelos registos do CATU. Mas este número está longe de reflectir o verdadeiro total de trabalhadores cabo-verdianos. Em 1976 havia cerca de 30 mil cabo-verdianos em Portugal, um número quase seis vezes superior aos 5539 registados no CATU.

As estimativas actuais do número de cabo-verdianos a viver em Portugal variam, grosso modo, entre 50 mil e 80 mil, dependendo da fonte. As autoridades portuguesas dão geralmente números mais baixos, enquanto as associações cabo-verdianas, de defesa dos direitos dos imigrantes e a embaixada dão números mais altos. Em 2004, e de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), havia cerca de 55 590 cabo-verdianos a viver em Portugal com autorização de residência. Em Setembro de 2006, e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de cabo-verdianos a residir legalmente em Portugal era de 56 433. No entanto, quer os números do SEF quer os do INE espelham apenas pessoas de nacionalidade cabo-verdiana. Sabemos, porém, que uma parte significativa dos que se consideram “cabo-verdianos” possui nacionalidade portuguesa, não entrando assim nas estatísticas. Muitos cabo-verdianos imigrantes continuam a identificar-se como cabo-verdianos mesmo após terem adquirido nacionalidade portuguesa. Existem também trabalhadores cabo-verdianos imigrantes indocumentados que não aparecem nas estatísticas (estas, normalmente, assentam em documentos). O estatuto da minoria cabo-verdiana constituída pela antiga “elite” colonial é difícil de apreender, uma vez que são pessoas que podem auto-identificar-se quer como “cabo-verdianas” quer como “portuguesas”.

A partir de meados da década de 1990, Portugal experimentou um influxo crescente de imigrantes vindos de alguns países do leste europeu (sobretudo Ucrânia e Moldávia) e do Brasil. As estatísticas do SEF indicam que os cabo-verdianos continuam a ser o maior grupo em termos de autorizações de residência, embora a maioria dos ucranianos e brasileiros estejam também nessa situação. Além das autorizações de residência Portugal concede também autorizações de permanência, válidas por um ano e prorrogáveis até um máximo de cinco, desde que exista pasaporte válido e contrato de trabalho. Actualmente, a maioria dos imigrantes começa por obter uma autorização de permanência para, depois, conseguir uma de residência. Muito poucos são aqueles que chegam já com visto obtido no país de origem. Os cabo-verdianos, tal como os outros imigrantes oriundos de países que têm o português como língua oficial (PALOP), têm um regime diferenciado, para melhor, no que respeita aos requisitos para obtenção da nacionalidade e aos direitos de cidadania.

Segundo o relatório do SEF de 2006, disponível na Internet, viviam em Portugal com autorização de residência 57 339 cabo-verdianos (num total de 65 485), enquanto os brasileiros eram 39 769 (num total de 65 463) e os ucranianos 19 167 (num total de 37 851)¹⁰. Os cabo-verdianos, depois de terem sido temporariamente ultrapassados pelos ucranianos, no início da década de 2000, que chegaram a ser mais de 60 mil com autorização de residência ou permanência, voltaram a ser o maior grupo estrangeiro a viver em Portugal, seguidos de muito perto pelos brasileiros. Devido à crise económica que Portugal atravessa é esperada uma diminuição continuada da população imigrante, sobretudo ucraniana e brasileira, uma vez que são as nacionalidades que chegaram há menos tempo e em maior número, embora os pedidos de autorização de residência por cabo-verdianos estejam também a diminuir. Os imigrantes cabo-verdianos vivem e trabalham sobretudo nos distritos de Lisboa (41 839), Setúbal (13 385) e Faro (4031).

Os primeiros imigrantes cabo-verdianos encontraram trabalho no sector da construção civil e obras públicas, onde havia grande oferta de trabalho. Mas nos anos 1960 não havia ainda lugar para as mulheres cabo-verdianas no mercado de trabalho português. Assim, primeiro vieram os homens e só mais tarde as mulheres. Estas começaram por vender peixe nas ruas em concorrência com as peixeiras tradicionais. Mas em finais da década de 1980 e princípios da de 1990 regras de comercialização impostas pela CEE (UE) rapidamente acabaram com o comércio de peixe na rua. As mulheres cabo-verdianas imigrantes passaram então a encontrar emprego no sector das limpezas, quer individualmente em casas de famílias portuguesas quer em empresas responsáveis pela limpeza de centros comerciais, empresas e outros espaços públicos ou privados. Na década de 1960 este trabalho era ainda feito sobretudo por mulheres portuguesas trazidas pelo êxodo rural das décadas de 1940-50-60. Ao longo da década de 1980 e parte da de 1990 era ainda comum ver peixeiras cabo-verdianas a vender nas ruas de Lisboa. Algumas trabalhavam também na Docca Pesca de Alcântara no arrasto das caixas de peixe para as carrinhas e camiões de distribuição (ver Fikes, 1998, 2000). A partir de meados da década de 1990, quando já a maior parte das cabo-verdianas trabalhava nas limpezas, surgiu a competição das mulheres imigrantes de leste (sobretudo ucranianas) e, pouco depois, das brasileiras. Actual-

¹⁰ Os totais incluem autorizações de residência e de permanência.

mente o trabalho de limpezas é repartido por cabo-verdianas (e outras mulheres “africanas”), “ucranianas” (ainda que nem todas o sejam, pois há também moldavas e romenas) e brasileiras. A competição de imigrantes de leste e brasileiros, sobretudo, representa uma ameaça ao enclave laboral das mulheres cabo-verdianas. Muitas famílias portuguesas preferem agora uma “empregada de leste” ou uma “brasileira” a uma “cabo-verdiana”. No fundo, as cabo-verdianas são objecto do racismo não assumido da “classe média” portuguesa e preteridas em favor de “ucranianas” e “brasileiras”, vistas como “racialmente” e “culturalmente” mais próximas. Toda esta concorrência contribui para manter baixos os salários no sector das limpezas, o que torna a vida das famílias cabo-verdianas (e das mulheres em particular) cada vez mais difícil.

Na última década os homens cabo-verdianos têm enfrentado também a competição de imigrantes de leste e de brasileiros. As empresas de construção e obras públicas, tal como os seus subempreiteiros, frequentemente preferem trabalhadores ucranianos (mais do que brasileiros). Os ucranianos e brasileiros, chegados há menos tempo, sujeitam-se a horários mais longos e salários mais baixos. Alguns cabo-verdianos tornaram-se pequenos subempreiteiros angariadores de mão-de-obra e, curiosamente, também eles, por vezes, preferem os “ucranianos” (evitando assim, talvez, criar relações de exploração com os seus “patrícios”). De qualquer modo, proporcionalmente, há cada vez menos cabo-verdianos a trabalhar na construção.

Os jovens descendentes de famílias cabo-verdianas, cuja maioria vive em “bairros sociais” ou ainda em “bairros de lata”, têm elevadas taxas de desistência e reprovação no ensino básico. Muitos abandonam a escola antes de completarem o 9.º ano de escolaridade por ultrapassarem a idade limite para o fazer no regime normal. Poucos voltam à escola para o completar no ensino nocturno. Grande parte dos que completam o 9.º ano são (como muitos outros jovens “escolarizados”) “analfabetos funcionais”, para os quais a sociedade portuguesa apenas tem para oferecer empregos mal remunerados e de pouco prestígio social, e, portanto, não atractivos. Contudo, não podemos dizer que isso é algo que afecta exclusivamente os jovens descendentes de famílias cabo-verdianas. O insucesso escolar, motivado em grande medida por uma certa falência do sistema de ensino tutelado pelo estado, e a perspectiva de empregos mal remunerados, aquém das expectativas de vida, é algo que afecta hoje grande parte da juventude que nasce e cresce em Portugal, particularmente os filhos das famílias que ficaram nas margens da sociedade afluyente surgida nas décadas de 1980-90. Uma situação que se mantém na década iniciada em 2000.

Referências Bibliográficas

- BARATA, Óscar Soares (1970). “O Problema Demográfico Português”. *Separata da Revista Militar* n.º 5 pp. 3-26.
- BARATA, Óscar Soares (1975). A Emigração e o Êxodo Rural em Portugal. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa série 93*, n.º 1-6, pp. 37-69.
- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

- BATALHA, Luís (2004a). *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Lanham, MD: Lexington Books.
- BATALHA, Luís (2004b). “Contra a Corrente Dominante: Histórias de Sucesso entre Cabo-verdianos da 2.^a Geração”. *Etnográfica*, vol. 8, n.º 2, pp. 297-333.
- CARREIRA, António (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CARREIRA, António (1982). *The People of the Cape Verde Islands: Exploitation and Emigration*, London, C. Hurst & Co. (trans. by Christopher Fyfe).
- FIKES, Kesha Danielle (1998). “Domesticity in Black and White: Assessing Badia Cape Verdean Challenges to Portuguese Ideals of Black Womanhood”. *Transforming Anthropology* vol. 7, n.º 2, pp. 5-19.
- FIKES, Kesha Danielle (2000). *Santiaguense Cape Verdean Women in Portugal: Labor Rights, Citizenship and Diasporic Transformation*, Ph.D. dissertation, Los Angeles, University of California.
- FRANÇA, Luís (ed.) (1992). *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FRANCO, A. L. S. (1971). *A Emigração Portuguesa no Último Decénio: Causas Problemas e Soluções*, Guimarães, Edição da Assembleia de Guimarães.
- GOMES, Isabel (org.) (1999). *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde.
- JOPKKE, Christian (1999). *Immigration and the Nation-State: The United States, Germany, and Great Britain*, Oxford, Oxford University Press.
- LOPES, José da Silva (1998). *A Economia Portuguesa Desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- LUHRMANN, Tanya M. (1996). *The Good Parsi: The Fate of a Colonial Elite in a Postcolonial Society*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- POINARD, Michel (1979). “Le million des immigrés: analyse de l’utilisation de l’aide au retour par des travailleurs portugais en France”. *Revue Géographique de Pyrénées et du Sud-ouest* 50(2): 511-39.
- PORTES, Alejandro (2007). “Migration, Development, and Segmented Assimilation: A Conceptual Review of the Evidence”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* vol. 610, n.º 1, pp. 73-97.
- PORTO, M. (1977). “Emigration and Regional Development in Portugal”. *Boletim da Comissão de Planeamento da Região Centro* 5.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1975). “Portuguese Rural Migrants in Industrialized Europe”. *Iberian Studies* vol. 4, n.º 1, pp. 9-14.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1979). “Portugal”, in *International Labor Migration in Europe*, R.E. Krane (ed.), New York, Praeger, pp. 164-172.
- SERRÃO, Joel (1977). *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Lisboa: Livros Horizonte (3.^a ed.).
- SMITH, Andrea L. (2006). *Colonial Memory and Postcolonial Europe: Maltese Settlers in Algeria and France*, Bloomington, IN: Indiana University Press.
- WALDINGER, Roger David; FELICIANO, Cynthia (2004). “Will the New Second Generation Experience “downward assimilation”? Segmented Assimilation Re-assessed”, *Ethnic and Racial Studies* vol. 27, n.º 2, pp. 376-402.